

FALE COM A GENTE!

Editores Bruno Rios e Marcelo Luis
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7157

"Com o CórteX, as informações são unificadas. Um veículo roubado no Mato Grosso, por exemplo, pode ser rastreado na entrada do Porto"

Daniilo Balas Deputado estadual

PORTO & MAR

Gport integra sistema federal de inteligência

Ferramenta cruza dados de pessoas e veículos para o combate à criminalidade no Porto

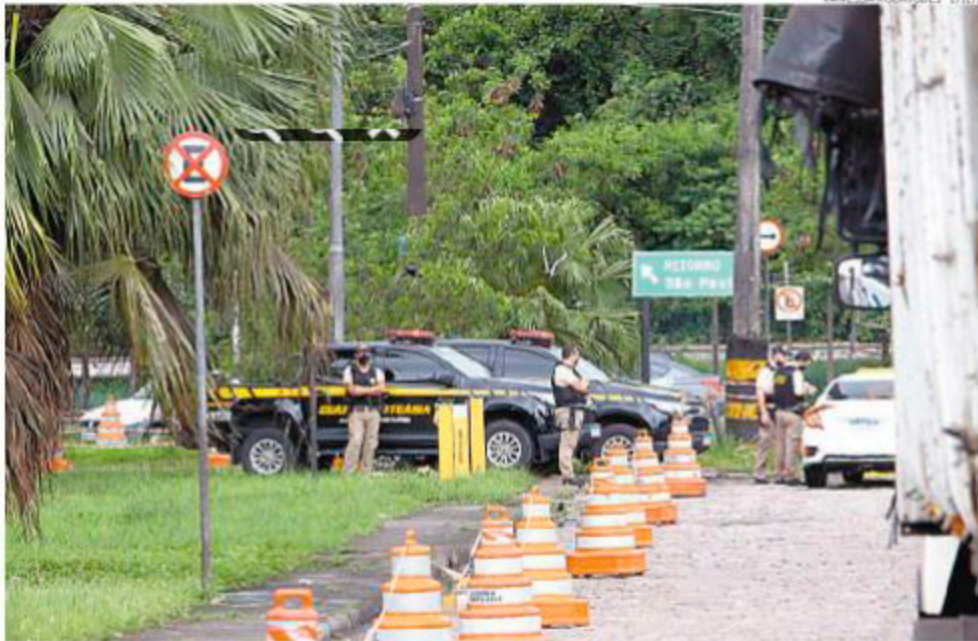
FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

A Guarda Portuária (Gport) vai integrar a Plataforma Integrada de Operações e Monitoramento de Segurança Pública (CórteX), um sistema federal de inteligência, vinculado ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública. A ferramenta tem como objetivo cruzar dados de pessoas e veículos para o combate à criminalidade no Porto de Santos.

A plataforma usa, de forma rápida, milhares de informações de órgãos públicos e câmeras viárias instaladas em várias cidades e estados do País. De acordo com o deputado estadual Daniilo Balas (PSL), que intermediou as negociações entre a Autoridade Portuária e a pasta da Justiça, são necessários apenas sete segundos para uma consulta aos bancos de dados.

"Com a Guarda Portuária, o objetivo é integrar um maior número de veículos na nossa base de dados, incluindo lanchas, veleiros e



Guarda Portuária de Santos tem 128 anos e conta com 267 profissionais que atuam no cais santista

pequenas embarcações que podem ser usadas, por exemplo, para o tráfico de drogas. Além de um fluxo gigantesco de caminhões no Porto de Santos", afirmou o parlamentar.

Balas ainda destaca a pos-

sibilidade do novo sistema prevenir o roubo de cargas. "Há uma base grande de dados de pessoas e veículos, o que é importante para prevenção e repressão imediata de ilícitos. Com o CórteX, essas informações são unifi-

cadas. Um veículo roubado no Mato Grosso, por exemplo, pode ser rastreado na entrada do Porto", destacou o parlamentar.

REUNIÃO

Na semana passada, Balas

ENCONTRO

Representantes de nove cidades da Baixada Santista e do Litoral Norte participaram de encontro no Centro de Controle Operacional (CCO) de Santos, para apresentação da Plataforma Integrada de Operações e Monitoramento de Segurança Pública (CórteX), do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A cidade irá aderir ao sistema federal utilizado para implantar melhorias no combate à criminalidade dos municípios, ajudando a capturar pessoas foragidas e detectar veículos envolvidos em ocorrências policiais. "Temos hoje no Brasil mais de 311 mil mandados de prisão em aberto. Nada mais efetivo que a retirada do seio da coletividade um criminoso habitual. O nosso objetivo principal com o CórteX é prender procurado", disse o secretário-adjunto da Secretaria de Operações Integradas da pasta da Justiça, Braulio do Carmo Vieira de Melo, citando a realização de 30 mil prisões nos últimos meses com auxílio da ferramenta e a importância da adesão dos municípios.

que existe o sistema. Depois, o acordo de cooperação é feito diretamente com a pasta", explicou o parlamentar.

Agora, segundo ele, o trâmite necessário para o início das operações é rápido. "A Guarda Portuária, por ser um órgão federal, tem o processo de implementação do sistema CórteX mais rápido"

Em nota, o Ministério da Justiça explicou que "não há necessidade da assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica, uma vez que a Guarda Portuária de Santos faz parte do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que viabiliza a interlocução do banco de dados entre os seus membros".

AUTORIDADE PORTUÁRIA

Procurada, a Santos Port Authority (SPA), a autoridade portuária de Santos, preferiu não comentar a questão. "Informações de caráter público estão à disposição nos termos da legislação. A responsabilidade pela segurança pública do Porto de Santos é da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos-SP)".

A estatal destacou apenas que a Gport conta com 287 profissionais e que a corporação completou recentemente 128 anos.

esteve na Cidade para apresentar à Gport o sistema de inteligência. "A minha função é fazer a ponte com o Ministério (da Justiça e Segurança Pública), fazer a explanação para que os municípios saibam